



Axixá e a força do sotaque de orquestra

Bumba Meu Boi fortalece cultura e identidade do Maranhão

O Dia Nacional do Bumba Meu Boi, celebrado no último mês, destaca uma das mais importantes manifestações da cultura popular brasileira e reforça o papel dos municípios maranhenses na preservação dessa tradição. A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) ressalta que as administrações municipais contribuem para fortalecer a identidade cultural, incentivar o turismo e movimentar a economia criativa por meio do apoio aos grupos e festividades. O Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2019, com a certificação oficial entregue no estado em agosto de 2025. Na ocasião, o presidente da FAMEM, Roberto Costa, participou do cortejo entre o Ceprama e o Largo de São Pedro, em São Luís.

STJ anula julgamento sem ouvir o MPSE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu pedido formulado pelo Ministério Público de Sergipe (MPSE) e anulou julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) em um habeas corpus que havia sido apreciado sem a prévia manifestação do Ministério Público. A decisão determina que o processo retorne ao Tribunal de Justiça para novo julgamento, desta vez com a observância do procedimento legal, assegurando ao MP o exercício de sua atribuição constitucional de atuar como fiscal da lei.



A decisão determina que o processo retorne ao Tribunal

Bahia recebe primeiro Fórum Estadual

Pela primeira vez, a Bahia terá um espaço dedicado a discutir o presente e o futuro das fundações no estado. No dia 31 de julho, o Ministério Público da Bahia realiza o 1º Fórum Estadual de Fundações da Bahia, com apoio institucional da Fundação Maria Emília e Fundação Irmã Dulce. O evento acontece das 8h às 17h30, na sede do MPBA, no CAB, e reúne especialistas brasileiros em terceiro setor, promotores de Justiça e representantes de organizações da sociedade civil. Na abertura terá o cantor e compositor Carlinhos Brown.

MPPB cobra em audiência melhoria

Sessenta dias. É o tempo que a Secretaria de Saúde de Campina Grande terá para apresentar ao Ministério Público da Paraíba um relatório com informações técnicas e atualizadas sobre previsão, andamento e conclusão das obras de melhorias das Unidades Básicas de Saúde da cidade. O prazo foi estabelecido durante audiência realizada pelo MPPB na última quinta-feira (16).

Bolsas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou, na última semana, o resultado final da Chamada nº 23/2025 – Bolsas de Produtividade. Na lista, constam 114 pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, contemplados nas modalidades Produtividade em Pesquisa, Produtividade em Pesquisa.

Segurança

Os organizadores da 26ª Missa do Vaqueiro de Nazaré do Pico (PE), representantes da Polícia Militar, Polícia Civil (PCPE) e Conselho Tutelar firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) com o objetivo de assegurar a realização do evento dentro dos padrões de segurança.

Reunião

A Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (FAMES) sediou uma reunião voltada ao fortalecimento da segurança das administrações municipais frente ao crescimento das tentativas de fraudes eletrônicas contra órgãos públicos. O encontro reuniu prefeitos, secretários municipais de Finanças e demais gestores.

Acordo

O Ministério Público do Estado da Bahia firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Iraquara para garantir a elaboração e aprovação do Plano Diretor Municipal, em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Conhecida como a “Cidade das Grutas”, Iraquara abriga importante patrimônio ambiental.

Oportunidades

No Piauí, o Dia Nacional do Associativismo, celebrado na última semana, reforça a importância da união entre empresários para fortalecer a economia e ampliar a competitividade. A atuação conjunta favorece a troca de experiências, o acesso à informação, a capacitação e a defesa de interesses comuns, impulsionando o desenvolvimento.

Capacitação

A Federação dos Municípios do Estado de Sergipe realizou, na últimam semana, mais uma edição do Capacita FAMES, reunindo gestores municipais, procuradores, secretários, equipes técnicas e demais profissionais da administração pública para discutir as alterações normativas relacionadas à Contribuição para o Custeio do Serviço.



A medida reforça a importância na identificação das vulnerabil

Plano Brasil Sem Fome avança nos municípios mais vulneráveis

O indicador apresentado considera informações do CadÚnico

Foi publicada a Resolução CAISAN/MDS 25/2026, que aprova uma nova etapa do Plano Brasil Sem Fome.

A normativa tem como objetivo aprimorar a identificação dos territórios e públicos mais afetados pela fome e direcionar políticas públicas integradas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar grave no país, principalmente no Nordeste. A nova etapa do Plano Brasil Sem Fome está estruturada em 29 programas e 39 metas físicas, organizadas em três estratégias centrais: geração de renda e combate à fome; vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional da população e aprimoramento de instrumentos para identificar públicos e territórios mais vulneráveis; e Protocolo Brasil Sem Fome. Entre os instrumentos previstos para essa nova etapa, está o Indicador Municipalizado de Risco de Insegurança Alimentar Grave (CadInsan).

Ele é definido como referência para identificar os municípios que possuem maior concentração de famílias em risco de insegurança alimentar grave.

O indicador considera informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)

e as características socioeconômicas dos domicílios em insegurança alimentar grave apontadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Para os gestores municipais, o uso das informações do CadInsan reforça a necessidade da gestão qualificada do CadÚnico, da orientação às famílias quanto à necessidade de manter as informações cadastrais atualizadas e do fortalecimento da articulação intersetorial das políticas públicas. Isso porque os dados utilizados pelo indicador poderão subsidiar a identificação dos territórios e públicos com maior risco de insegurança alimentar grave, contribuindo para a definição das prioridades de atuação.

PRIORIDADES

Conforme estabelecido pela Resolução, o Comitê Gestor do Plano Brasil Sem Fome orienta que os programas, iniciativas, editais e demais instrumentos previstos para implementação do Plano priorizem os territórios e as famílias que apresentam maior risco de insegurança alimentar grave, conforme a identificação realizada pelo CadInsan e respeitados os critérios de elegibilidade.